



**EDUCAÇÃO DO CAMPO, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E MOVIMENTOS
SOCIAIS: INTERSEÇÕES E ATRAVESSAMENTOS EM DEBATE**

*EDUCACIÓN RURAL, EDUCACIÓN AMBIENTAL Y MOVIMIENTOS
SOCIALES: INTERSECCIONES Y CRUCES EN DEBATE*

*RURAL EDUCATION, ENVIRONMENTAL EDUCATION AND SOCIAL
MOVEMENTS: INTERSECTIONS AND CROSSES IN DEBATE*

Augusto César Cardoso Mendes¹,
Rodrigo Cerqueira do Nascimento Borba²,
Maria Jacqueline Girão Soares de Lima³

Resumo:

O presente texto é um ensaio que tem como objetivo apresentar e discutir interfaces entre questões da Educação do Campo e da Educação Ambiental. Neste exercício teórico, as trajetórias dessas duas áreas são compreendidas como singulares, mas são resguardados os atravessamentos que emergem especialmente quando os conflitos pelo direito à terra são focalizados. Dialogando com os debates da esfera educacional e ambiental, pensam-se temas como agroecologia e ecossocialismo tais quais enredos para que os conhecimentos dos movimentos sociais e saberes dos sujeitos do campo possam ser mobilizados e considerados nos processos de formação humana direcionados à transformação social e à construção da justiça ambiental.

Palavras-chave: Ecossocialismo. Agroecologia. Justiça ambiental.

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social da Universidade Federal de Minas Gerais. ORCID 0000-0003-0249-0026, e-mail: gutocm8@gmail.com

² Professor do Departamento de Ciências Biológicas da Universidade do Estado de Minas Gerais e doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. ORCID 0000-0002-4504-5793, e-mail: rodrigo.borba@uemg.br

³ Professora do Departamento de Didática da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. ORCID 0000-0003-4419-3468, e-mail: giraojac@gmail.com

Abstract:

This text is an essay that aims to present and to discuss interfaces between rural education and environmental education issues. In this theoretical exercise, the trajectories of the two fields are understood as singular, but the crossings that emerge especially when conflicts for the right to land are focused and safeguarded. Dialoging with debates in the environmental educational sphere, themes such as agroecology and ecosocialism are considered, such as plots so that the knowledge of social movements and the knowledge of subjects in the rural areas can be mobilized and considered in the processes of human formation aimed at social transformation and construction of environmental justice.

Keywords: Ecosocialism. Agroecology. Environmental justice.

Resumen

Este texto es un ensayo que tiene como objetivo presentar y discutir las interfaces entre la educación rural y los problemas de educación ambiental. En este ejercicio teórico se entienden como singulares las trayectorias de los dos campos, pero se resguardan los cruces que surgen especialmente cuando se focalizan los conflictos por el derecho a la tierra. En diálogo con los debates en el ámbito educativo y ambiental, se consideran temas como la agroecología y el ecosocialismo, como parcelas para que el conocimiento de los movimientos sociales y el conocimiento de los sujetos en el campo puedan ser movilizados y considerados en los procesos de formación humana encaminados en transformación social y construcción de justicia ambiental.

Palabras clave: pluriversos; educación ambiental crítica; diversidad biocultural.

Introdução

Neste artigo apresentamos, ainda que de forma inicial, elementos que julgamos importantes para pensar numa aproximação entre os campos da educação ambiental e da educação do campo, buscando compreender suas relações com movimentos sociais que, por sua vez, contribuíram para a produção de políticas para a posse, distribuição e uso da terra. Para tanto, buscamos dialogar com temáticas que contribuem para o aprofundamento deste debate que consideramos fundamental, como a agroecologia e o ecossocialismo. Pretendemos, com essa discussão, dar início à construção de um mosaico cujas peças são conceitos e práticas oriundas de campos acadêmicos e de grupos “voltados para os processos de mudança e transformação social” (GOHN, 2010, p. 2): os movimentos sociais organizados em torno de questões ambientais, como o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), a Via Campesina e outros.

A gravidade da crise sanitária, ambiental e humanitária provocada pela pandemia da Covid-19 tem gerado reflexões sobre suas causas e consequências, que, no limite, se conectam com as condições de permanência da espécie humana no planeta no presente e em um futuro muito próximo. Esse contexto acentua a necessidade de produções teóricas que contribuam para a publicização dessas questões, transbordando as fronteiras da academia e atingindo, também, outros setores da sociedade civil, como docentes da educação básica, ambientalistas, estudantes secundaristas e a classe trabalhadora de forma geral. Essas são, em síntese, as motivações que nos mobilizaram para a produção deste artigo, organizado em três eixos: 1) a educação e o desenvolvimento social dos sujeitos; 2) Educação do Campo, Educação Ambiental e agroecologia: compreendendo enraizamentos nas lutas por justiça social e ambiental e unificando as lutas; 3) considerações finais: o mosaico.

A educação e o desenvolvimento social dos sujeitos

De acordo com Dowbor (2009), a ação de processos e instituições educacionais permite aos sujeitos pensar e produzir possibilidades para transformar suas realidades e contextos. Segundo o referido autor, a educação pode contribuir para a promoção de processos de construção de uma cidadania ativa, crítica, passível de ser utilizada como orientadora na busca de formas para confrontar e modificar questões sócio-históricas que afligem a população brasileira. Inspirados por essa percepção, defendemos que nossos olhares também se voltem para problemáticas culturais e ambientais que as dinâmicas econômicas do sistema capitalista têm produzido, mas invisibilizado, diante do acirramento de cenários de reificação nos quais paisagens, conhecimentos e vidas são tratados como mercadorias. Sendo assim, neste texto nos voltamos para a educação do campo, a agroecologia, a educação ambiental e suas interfaces, com o intuito de vislumbrar diálogos entre as lutas dos movimentos sociais camponeses e as questões que têm movimentado o campo da Educação Ambiental crítica de maneira potente.

Conforme sinaliza Mançano (2006), a educação do campo se constitui enquanto uma política pública oriunda das lutas e das reivindicações de movimentos sociais empreendidos pela população camponesa, notadamente a partir da organização desta em coletivos de assentados que lutam pela Reforma Agrária. Para compreender os desafios vivenciados pelos sujeitos que se inserem nestas realidades, é necessário refletir sobre dimensões históricas relacionadas às disputas pela ocupação e utilização dos territórios, incluindo também questões sobre pertencimento e subjetividade.

Nesse ínterim, Caldart (2009) aponta que a educação do campo reflete questões da luta pela terra, pelo trabalho, por igualdade social e por condições de sobrevivência dignas para as populações que vivem no meio rural. A autora salienta a necessidade de se vislumbrar as políticas para a educação do campo de modo aliado à proposição de projetos educativos capazes de estimular interpretações sobre as realidades sociais em que os camponeses estão inseridos, de modo que os mesmos possam articular condutas e posicionamentos concretos, visando a emancipação⁴ e a transformação social em sintonia com dimensões culturais, cotidianas e coletivas que atravessam tais contextos.

Educação do Campo, Educação Ambiental e agroecologia: compreendendo enraizamentos nas lutas por justiça social e ambiental e unificando as lutas

Reflexões como as apresentadas por Salete (2009) expressam concordância no que se refere à atuação dos movimentos sociais camponeses como protagonistas no surgimento da educação do campo, enquanto resultado de batalhas históricas em prol da implementação de políticas que garantam os direitos à terra e ao trabalho digno no campo. Outrossim, Hage (2006), Munarim (2008) e Bezerra Neto (2010) aprofundam esse entendimento vinculando a educação do campo diretamente às questões agrárias. Os autores sinalizam os embates em torno da Reforma Agrária como pano de fundo para o início da educação em áreas camponesas como culminância de iniciativas de trabalhadores contra a exploração e a ocupação da terra. Para estes autores, seria necessária uma modalidade de educação que acontecesse no campo e fosse produzida nas/das/com as realidades sociais específicas do meio não-urbano. Nesse bojo, as propostas para formulação de perspectivas críticas e reflexivas capazes de imbuir os processos educacionais passaram a assumir notoriedade (SILVA, TORRE e LEMOS, 2012; ROCHA, 2017).

A história da população do campo sempre foi pautada por uma constante luta pela redivisão da terra e pela reivindicação dos direitos à educação, trabalho e condições de vida mais dignas. Baseando-se nas contribuições de Caldart (2009) pode-se perceber que a educação do campo extrapola o conceito de “educação rural”, uma vez que a primeira não constitui um modelo pedagógico específico de fazer educação. Ao contrário, ela faz parte de um conteúdo histórico que abrange práticas e críticas muito maiores e específicas, as quais estão apoiadas nos movimentos sociais que defendem a reestruturação de um novo projeto de campo, o qual esteja baseado no desenvolvimento

⁴ Inspirados no pensamento educacional de Paulo Freire, compreendemos como emancipadoras as perspectivas críticas de trabalho pedagógico que almejam subsidiar tomadas de decisão em prol da mudança do status quo social marcado por violências e opressões contra os grupos sociais não hegemônicos.

social do campesinato. Batista (2008) ratifica essa compreensão ao discutir que a população do campo herdou das populações indígenas e afro-brasileiras os ideais de enfrentamento e resistência às múltiplas formas de opressão, exclusão e subalternização.

Sócio-historicamente, o campo não deve ser vislumbrado apenas enquanto um espaço físico para cultivo de lavouras. Ele também representa as lutas contra a dominação e a ocupação laboral do agronegócio, do capital e da exploração da terra e dos sujeitos que dela subsistem. Sendo assim, existem diferentes representações e sentidos sobre o trabalho do campo para as populações campestinas, que contrastam com aquelas dos empresários do agronegócio. Se por um lado, parcela significativa do campesinato almeja garantir e ampliar a agricultura familiar, baseada no trabalho solidário e cooperativo entre as famílias campestinas, bem como a adoção da agroecologia como técnica e teoria para o cultivo do solo, por outro, os representantes do capital enxergam a terra como local para expropriação de seres vivos e exploração da natureza, entendida como “recursos naturais” dos quais podem dispor de acordo com seus interesses, sem preocupação com a preservação destes ambientes, que inclui a biodiversidade e as populações a eles associados.

Sabe-se que a estrutura agrária do Brasil reúne contundentes controvérsias desde os tempos da colonização do país pelos europeus, momento marcado pela devastação de florestas nativas, violência contra os povos originários, constituição de grandes latifúndios voltados às monoculturas e, ainda, pela especulação econômica do mercado de terras (BATISTA, 2008). Desta forma, o sistema fundiário se consolidou pautado por uma dinâmica trabalhista baseada em relações de exploração, servidão, subalternização e desvalorização dos direitos sociais dos sujeitos do campo.

Todavia, como afirma Freitas (2011), esse contexto começou a sofrer alterações a partir da década de 1980, quando os movimentos sociais do campo começaram a se articular em bases cada vez mais sólidas. Na década seguinte, eles se aproximaram dos debates educacionais, buscando aliar a formação das gerações campestinas ao combate à hegemonia do agronegócio, e passaram a propor práticas educativas baseadas em correntes pedagógicas que, mais tarde, se tornariam os alicerces para alguns dos principais pressupostos da Educação do Campo, como a pedagogia histórico crítica e a pedagogia Freireana. Simultaneamente, se fortaleceram as críticas aos modelos de educação tradicionalmente ofertados à população campestina que não questionavam o status quo. Caldart (2009) aponta que tais modelos desconsideravam as particularidades das realidades sociais, culturais e territoriais do campo, bem como ignoravam as particularidades de seus sujeitos. De acordo com Dantas, Soares e Santos (2020, p. 452):

De modo geral, pode se afirmar que ambas modalidades de educação, ambiental e do campo, nasceram dos movimentos organizados da sociedade civil (movimento ecológico e movimentos sociais), como forma de contestar o modelo de desenvolvimento econômico capitalista, que é socialmente excludente, pois concentra renda e gera pobreza, e ambientalmente insustentável, pois explora os recursos naturais de forma linear, sem considerar a finitude dos mesmos.

A própria nomeação desse modelo de educação explica a força da atuação dos coletivos do campo enquanto agentes de transformação da sociedade campestina. Ao ser nomeada como educação “do” campo, é incutida dentro das perspectivas desse modelo a ideia de que os processos educacionais operacionalizados por ela acontecem a partir da atuação

e presença protagonista do sujeito do campo, visto que não se trata de uma educação que é feita a partir do olhar de um outro – estranho – o qual não está incluído nas dinâmicas da vida campestre. Ao contrário, essa educação conversa e se articula por meio da e para a população que vive no campo. Caldart (2009) salienta que esse formato de educação estava vinculado às teorias socialistas de base marxista. Para a autora, é justamente essa proposta libertária e emancipatória que proporcionou o desenvolvimento de uma educação que pensasse o avanço e a luta pelo povo do campo.

O processo de luta pelo desenvolvimento de uma educação do campo, a qual pudesse refletir e propiciar outras perspectivas para a população campestre, não ocorreu de maneira rápida e fácil. Em suma, as conquistas dos movimentos sociais do campo sempre foram geradas a partir de constantes mobilizações e atuações de resistência e luta. Com a educação do campo, esse processo não foi diferente. Para que se pudesse consolidar uma educação que permitisse ao sujeito perceber e se opor aos processos históricos de subalternização e exploração da população do campo, foi necessária uma maciça atuação dos movimentos sociais campestres. Isso porque, como afirma Freitas (2011), os sujeitos representantes dos movimentos sociais queriam participar do processo de construção da educação do campo, uma vez que a proposta desse formato de educação privilegia e reconhece os saberes e práticas dos sujeitos campestres. É, justamente, por admitir a experiência e a prática do campesinato que a educação do campo é caracterizada como uma proposta de reflexão à realidade da população campestre.

Dessa forma, percebendo que a educação pode produzir emancipação e colaborar com o avanço nas lutas pela Reforma Agrária, por melhores condições de trabalho, dinâmicas de produção na terra e possibilidades mais dignas de existência, os movimentos sociais se propuseram a colaborar com o desenvolvimento de uma educação do campo que fosse ofertada no campo. Essa educação, evidentemente, tem estreita relação com a educação ambiental crítica, que não separa as questões ambientais de seus condicionantes sociais, históricos e culturais, e a agroecologia, que, segundo Petri e Fonseca (2020, p. 52), está “cada vez mais inserida nos debates para uma formação contra-hegemônica de camponeses”.

Segundo estes autores, a agroecologia se fortaleceu nas Instituições de Ensino Superior graças às articulações realizadas pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), que passou a oferecer cursos para jovens e adultos de assentamentos; a partir de 2012, a agroecologia se capilarizou através de cursos e projetos de extensão, grupos de pesquisa e cursos profissionalizantes de nível médio, bem como cursos de graduação e pós graduação (PETRI e FONSECA, 2020).

Na educação básica, Cosenza (2020) defende que o debate sobre práticas pedagógicas relativas às hortas escolares agroecológicas deve ser complexificado para incluir, para além de “consciência ambiental”, “o anúncio de modos de vida mais sustentáveis e a denúncia de modelos predatórios, relacionados ao agronegócio e aos descuidos com o meio ambiente e a saúde” (p. 73). Complementando esse argumento com Caporal (2009, p. 4), temos que:

Ao contrário das formas compartimentadas de ver e estudar a realidade, ou dos modos isolacionistas das ciências convencionais, baseadas no paradigma cartesiano, a Agroecologia busca integrar os saberes históricos dos agricultores com os conhecimentos de diferentes ciências, permitindo, tanto a compreensão,

análise e crítica do atual modelo do desenvolvimento e de agricultura, como o estabelecimento de novas estratégias para o desenvolvimento rural e novos desenhos de agriculturas mais sustentáveis, desde uma abordagem transdisciplinar, holística.

Para este autor, a agroecologia demanda mudanças nos currículos de formação de profissionais que atuam como “agentes de desenvolvimento”, assim como nos “enfoques e métodos de pesquisa e extensão rural”; isto porque, a aplicação dos seus princípios requer uma estratégia integradora de conhecimentos, complexa, sistêmica e holística” que englobe “dimensões ecológicas, econômicas, sociais, políticas, culturais e éticas da sustentabilidade”, assim como mudanças de ordem estrutural, como a reforma agrária e o acesso aos meios de produção. A agroecologia também pressupõe “metodologias participativas, garantias de acesso aos direitos básicos de cidadania, respeito às diferenças culturais, de gênero, de raça, de etnia” (CAPORAL, 2009, p. 12).

Considerações finais: o mosaico

A relação entre os movimentos sociais do campo e o surgimento da educação do campo se deu por meio de lutas intensas e constante reivindicação pela emancipação das dinâmicas de poder em que a população camponesa se insere. Cabe reconhecer os movimentos sociais do campo como verdadeiros protagonistas no desenvolvimento de práticas educativas sócio-culturalmente referenciadas. Nesse artigo, procuramos mostrar as relações teórico epistemológicas entre a educação do campo e a educação ambiental crítica, que compartilham ideais e conhecimentos ligados à emancipação dos sujeitos, preservação da biodiversidade e das culturas, justiça ambiental e políticas agrárias de base agroecológica.

A ênfase na EA crítica deve-se ao fato de que a educação ambiental não é um campo neutro de pesquisas e práticas, que vão da defesa de um desenvolvimento sustentável nos moldes de um “capitalismo verde”, (baseado em reformas e adaptações que apenas postergam o caos) ao ecossocialismo - perspectiva que preconiza uma mudança radical nas relações entre ser humano e natureza, fundamentada no direito de todas as espécies à vida e a um presente e futuro baseados na justiça social e ambiental. O ecossocialismo tem como pilares principais a justiça social, a transformação das relações de produção e consumo, a utilização de energias não poluentes, a valorização de saberes e culturas de povos originários, o ecofeminismo, a agroecologia e o decrescimento econômico. Propõe, como defende Michael Löwy, um de seus principais teóricos, “uma ruptura radical com a ideologia do progresso linear e com o paradigma tecnológico e econômico da civilização industrial moderna” (LÖWY, 2014, p. 40).

É essa educação ambiental ecossocialista que defendemos para enfrentar a barbárie, o caos climático e a retirada de direitos - inclusive do direito à vida - da classe trabalhadora. Acreditamos que esse movimento deve partir do campo, e, nesse sentido, uma educação do campo agroecológica e ecossocialista tem enorme potencial para a construção de uma sociedade que tenha como horizonte a justiça social e ambiental.

Como em um mosaico, que, utilizando fragmentos irregulares de azulejos produz peças e desenhos surpreendentes, reunimos nossos conhecimentos e ideais para pensar em um novo modelo de sociedade, o qual não está pronto nem pré-definido, mas se configura como um amálgama entre arte, ciência, justiça, cultura e natureza.

Referências

- BATISTA, M. S. X. Movimentos sociais e educação do campo: promovendo territorialidades da agricultura familiar e desenvolvimento sustentável. In: JEZINE, E.; BATISTA, M. S. X.; MOREIRA, O. L. (Orgs.). **Educação Popular e movimentos sociais: dimensões educativas na sociedade globalizada**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2008. pp 19-50.
- BEZERRA NETO, L. Educação do campo ou educação no campo?. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 10, n. 38, p. 150–168, 2012.
- CALDART, R. S. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 35-64, 2009.
- CAPORAL, F. R. **Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis**. Brasília, 2009. Acesso em jan. 2021. Disponível em: <http://www.cpatsa.embrapa.br:8080/public_eletronica/downloads/OPB2442.pdf>.
- COSENZA, A. Potencialidades pedagógicas das hortas escolares agroecológicas. In: MANESCHY, D; MARTINS, P; MENEZES, J.; SÁNCHEZ C. (orgs). **Convergências socioambientais: pesquisas em Permacultura, Agroecologia e Educação Ambiental**. Macaé (RJ), Editora NUPEM, 2020, pp. 92-106.
- DANTAS, J. O.; SOARES, M. J. N.; SANTOS, M. B. A relação da Educação Ambiental com a Educação do Campo: aspectos identificados a partir de publicações em periódicos de Educação Ambiental. **Ambiente & Educação**, v. 25, n. 2, p. 448–480, 2020.
- DOWBOR, L. Educação e desenvolvimento social. In: MAFRA, J.; ROMÃO, J. E.; SCOCUGLIA, A. C.; GADOTTI, M. (Orgs). **Globalização, Educação e Movimentos Sociais: 40 anos da Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire / Editora Esfera, 2009.
- FREITAS, H. C. A. Rumos da educação do campo. **Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 85, 2011.
- GOHN, M. G. **Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais**. São Paulo: Cortez, 2010.
- HAGE, S. M. Movimentos Sociais do campo e a afirmação do direito à Educação: pautando o debate sobre as escolas multisseriadas de Ensino Fundamental na Amazônia paraense. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v.1. p. 302-12, 2006.
- LÖWY, M. O que é ecossocialismo? In: _____. **O que é ecossocialismo?** 2. ed. v.54. São Paulo: Cortez, 2014. p.39-59.

MANÇANO, F. B. Os campos de pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, M. **Educação do campo e pesquisa**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

MUNARIM, A. Trajetória do movimento nacional de educação do campo no Brasil. **Educação**, v. 33, p. 57-72, 2008.

PETRI, M.; FONSECA, A. B. Trajetórias institucionais da agroecologia: o caso do Instituto Federal do Espírito Santo, Campus Centroserrano. In: MANESCHY, D; MARTINS, P; MENEZES, J. E SÁNCHEZ C. (Orgs). **Convergências socioambientais: pesquisas em Permacultura, Agroecologia e Educação Ambiental**. Macaé (RJ): Editora NUPEM, 2020.

ROCHA, H. O. **La Educación del campo en las zonas de las luchas políticas de movimientos sociales: el análisis y la contribución de la formación (como) educadores (as) del MST en Maranhao por el PRONERA**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2007.

SALETE C, R. Educação do Campo: notas para uma análise de percurso. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 7, p. 35-64, 2009.

SILVA, F.; TORRES, D. X.; LEMOS, G. T. Educação do campo: a luta dos movimentos sociais camponeses por uma educação escolar específica e diferenciada. **Revista Pedagógica**. UNOCHAPECÓ: Chapecó, v.1, n. 28, p. 409-438, 2012.

Recebido em: 08 /02/ 2021

Aprovado em: 07 /03/ 2021